

LEI N. 288/2018

EMENTA: Dispõe sobre adaptação da Lei Municipal n. 090/2001, regulamenta os benefícios eventuais conforme a Lei Federal do SUAS – Sistema Único de Assistência Social N. 12.435/2011, Lei Estadual N. 14.984/2013, e dá outras disposições.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAQUEIRA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições inerentes ao cargo que ocupa e tendo em vista o que preceitua o inciso I, do artigo 65, Lei Orgânica deste Município, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído benefício eventual, de caráter suplementar e temporário, com o objetivo de atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, de calamidade pública e de situação de emergência nos termos do Art. 1º da Lei Federal do SUAS N. 12.435/2011.

§ 1º Entende-se por situação de vulnerabilidade temporária o advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar de caráter social, econômica e humana, que podem decorrer:

I - da carência por:

- a) acesso a condições e meios para suprir as necessidades cotidianas do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação e/ou em virtude de nascimento e morte;
- b) documentação; e
- c) domicílio;

II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo próprio e/ou aos filhos;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - de desastres e de calamidade pública, e

V - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 1º - A modalidade de benefícios eventuais da assistência social pode convergir com as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais, sem substituí-las.

§ 2º - O benefício eventual compreende os seguintes gêneros de primeira necessidade, exemplificando-se, sem prejuízo do caput e parágrafo 1º deste artigo, os seguintes:



- a) Alimentos;
- b) Material de construção;
- c) Auxílio transporte;
- d) Auxílio moradia;
- e) Auxílio natalidade;
- f) Auxílio funeral;
- g) Segunda via de documentos de identificação pessoal;
- h) Bolsas estudantis.

Art. 2º - O benefício eventual de que trata esta Lei pode ser prestado na forma de pecúnia ao indivíduo ou ao grupo familiar, sendo os valores dos benefícios nunca superior a 02 (dois) salários mínimos, serviços ou em bens de consumo nos termos do Art. 3º da Lei Estadual n. 14.984, de 13 de maio de 2013, podendo o chefe do executivo, mediante decreto, editar procedimentos para classificar os beneficiários.

Art. 3º - O benefício eventual de que trata esta Lei destina-se ao munícipe individual ou à família com renda mensal per capita familiar de até 02 (dois) salários mínimos, com impossibilidade temporária de superar contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, da unidade da família e da sobrevivência de seus membros.

Art. 4º - Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social, mediante Resolução, estabelecer outros critérios e prazos para a concessão do benefício eventual de que trata a presente Lei, bem como propor ao Poder Executivo os respectivos projetos de lei específicos, nos termos do artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 5º - A execução de benefício eventual fica limitada à disponibilidade de recursos financeiros consignado à lei Orçamentaria Municipal vigente, salvo os casos de transferências estadual e federal para o Fundo Municipal de Assistência Social, e outras formas previstas em lei.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições contrárias, especialmente a Lei Municipal 090/2001.

Gabinete do Prefeito de Jaqueira, 30 de maio de 2018.


MARIVALDO SILVA DE ANDRADE
- Prefeito -



Sanciono a presente lei integralmente na forma da Constituição Federal.

Gabinete do Prefeito do Município de Jaqueira (PE), em 30 de maio de 2018.



Marivaldo Silva de Andrade
Prefeito Constitucional



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/52-20230111091738.pdf>
assinado por: idUser 195